

O avanço da internacionalização no capitalismo contemporâneo: um ensaio de interpretação crítica da globalização

Ricardo Carlos Gaspar(*)

Resumo: o objetivo deste artigo é refletir acerca do alcance e dos limites do presente avanço no processo de internacionalização do capital. Após recuperar seus antecedentes históricos e demarcar suas atuais características no nível produtivo e financeiro, discutem-se as implicações da globalização no sistema de Estados-nação e as perspectivas abertas pelo caráter universalizante do desenvolvimento das forças produtivas contemporâneas rumo à conquista da verdadeira emancipação humana, impossibilitada, porém, pela recorrência da ordem antagônica do capital.

Summary: the purpose of this paper is to analyse the possibilities and boundaries of the contemporary wave of capital internationalization. We start recovering the historical origins of this process and, secondly, we describe its presents characteristics on productive and financial levels. A discussion about the impacts of globalization on the system of National-States is then presented, summing up with a critical analysis about the possibilities opened by the universal character of the productive forces development on the way to true human emancipation, denied, however, by the maintenance of the capitalistic's antagonical order.

1. Introdução

Os fenômenos concernentes à chamada globalização da economia capitalista a partir dos anos 70 de nosso século vêm suscitando muitas controvérsias. Abrangendo as esferas da produção, do comércio e das finanças, o próprio conceito é questionável: há os que advogam ser a globalização um fenômeno totalmente original que marca uma época nova e diferenciada, caracterizada pela diluição das fronteiras nacionais e pela radical alteração nos padrões de produção e consumo; por outra parte, postula-se que a mundialização contemporânea da economia nada mais é que uma nova fase da internacionalização do capital, cuja vocação mundial é intrínseca à própria constituição do capitalismo a partir das cidades-Estados italianas dos séculos XIII e XIV, e que atingiu, no período de formação do capitalismo monopolista de Estado, nas últimas décadas do século XIX, e na expansão financeira do final da década de 60 deste século, alguns de seus momentos culminantes.

Após o período depressivo dos anos 1873/96, o capitalismo vivencia um auge financeiro que perdura até a Primeira Guerra Mundial (1914/18), paralelamente a transformações de vulto na esfera material-produtiva, conhecido como Segunda Revolução Industrial. Essa fase foi marcada ainda pela articulação de grandes blocos do capital produtivo com o capital financeiro, e destes com o Estado, inaugurando a era monopolista do desenvolvimento do capital, em oposição à anterior fase competitiva. Do ponto de vista da expansão da economia mundial capitalista, assiste-se à uma intensa internacionalização do capital, caracterizada, principalmente, pela importância assumida pelo investimento estrangeiro direto. A etapa imperialista foi classicamente tematizada por Lenin (1960) e compreendida como sendo o estágio superior do capitalismo, onde suas contradições históricas se acirriam até o ponto da definitiva ruptura.

O fim da Segunda Guerra assiste à emergência dos Estados Unidos à condição de potência soberana da ordem capitalista mundial, no contexto de polarização da Guerra Fria. A hegemonia norte americana vem acompanhada da mudança do padrão monetário – do regime de livre comércio ancorado no padrão-ouro, sob supremacia da libra esterlina, ao regime das taxas de câmbio fixas, arbitrada pela Reserva Federal dos EUA em conjunto com os Bancos Centrais das principais potências capitalistas, sob supremacia do dólar – e do padrão produtivo, através da consolidação do sistema fordista de fabricação em massa e padronizada dos produtos e do intervencionismo estatal, o qual, nos países centrais, assumiu a forma do Welfare State. A tecnologia, por sua vez, caracterizou-se pelo uso

intensivo de energia – principalmente o petróleo e seus derivados – e de mão-de-obra.

A partir do final dos anos 60 e início dos 70, sobreveio uma nova crise de superacumulação e seus efeitos correlatos – alta dos preços, queda da taxa de lucros, especulação com commodities, expansão financeira e explosão das dívidas públicas, entre outros -, abrindo uma era de instabilidade e recessão generalizada, primeiro nos países centrais e, com a alta dos juros e a suspensão dos financiamentos internacionais após o segundo choque do petróleo em 1979 e a moratória mexicana em 1982, a crise propaga-se, em escala dramática, para os países do Terceiro Mundo e provoca o desmoronamento do bloco socialista liderado pela URSS.

Tais acontecimentos trazem no seu bojo uma série de transformações de fundo cuja natureza e implicações são causa de profundas controvérsias:

1. A *expansão financeira* a partir dos anos 60 pode ser associada à abertura e desregulamentação dos mercados cambiais, ao fim do compromisso com as taxas fixas de câmbio típicas dos acordos de Bretton Woods, às novas tecnologias de informação e comunicação e aos novos produtos do mercado financeiro, que possibilitaram diversificar e securitizar as aplicações de recursos dos investidores, gerando uma esfera autônoma de movimentação e valorização do capital – a “financeirização”, como padrão sistêmico da riqueza capitalista.
2. A *reestruturação produtiva*, vinculada a introdução das novas tecnologias, apoiadas na microeletrônica nos processos produtivos, gerando transformações de vulto na forma de operação das empresas e na administração de seus recursos humanos, materiais e financeiros. Tais mudanças, permitindo superar aspectos importantes do anterior modelo taylorista – fordista de organização empresarial, inaugurando o que muitos especialistas caracterizam como a fase de acumulação flexível da produção capitalista.
3. O reordenamento dos espaços de atuação dos Estados Nacionais, junto com a perda de autonomia e eficácia das políticas nacionais de emprego, renda e administração dos principais agregados monetário-financeiros.
4. Associado aos processos de desregulamentação e privatização está o desgaste das instituições típicas do Welfare State dos anos de crescimento entre o final da 2ª Guerra e os anos 70, em particular os sistemas de proteção social, minados pela crise fiscal dos Estados e o aumento do desemprego permanente. Também os partidos políticos e os organismos representativos da sociedade civil perdem importância frente à hegemonia de um ideário e modos de conduta individualistas e utilitaristas.

5. No plano geopolítico, assiste-se à retomada da hegemonia dos EUA, reforçando o seu poderio financeiro e militar, face à derrocada do socialismo real e à falência dos programas reformistas ou revolucionários de transformação em países do Terceiro Mundo, típicos da década de 60.

Pretendemos, a seguir, verificar com mais detalhe os aspectos decisivos das transformações em curso, valendo-nos da contribuição de notórios especialistas que produziram estudos relevantes sobre o assunto, bem como tematizar algumas questões vinculadas às perspectivas que se afiguram.

2. Breve Histórico

Desde a sua origem, o sistema capitalista de produção teve vocação mundializante. O objetivo maior de expandir os espaços de valorização do capital implicou, sempre, a busca frenética por novas fontes de suprimento da produção e por novos mercados, assim como a concorrência intercapitalista, intensificada pelo desenvolvimento tecnológico, sucessivamente incorporou diferentes regiões do planeta nos circuitos de reprodução sistêmica.

Historicamente, o capitalismo desenvolveu-se simultaneamente no plano territorial, ao se identificar com o sistema de Estados-nação, e no plano não territorial, através da construção de organizações empresariais que abrangiam o mundo inteiro, transcendendo a esfera dos Estados particulares.

Arrighi (1996, p. 84-5) identifica duas genealogias distintas, mas estreitamente relacionadas do capitalismo moderno, vinculadas ao desenvolvimento simultâneo nas direções opostas acima referidas: uma delas tem origem no protótipo do principal Estado capitalista de todas as eras subsequentes, a cidade-Estado veneziana; noutra, o capitalismo moderno surge ‘a partir da principal organização empresarial, não territorial, de abrangência mundial, de todas as eras posteriores: a dispersa ‘nação’ genovesa’ (de financistas, que, ao aliam-se com o poder territorial do Estado espanhol do século XV, tornaram possível a consolidação do primeiro sistema econômico mundialmente integrado):

”(...) no correr da luta competitiva secular que jogou um contra o outro, os regimes veneziano e genovês de acumulação desenvolveram-se por trajetórias divergentes, que, no século XV, cristalizaram-se em duas formas elementares opostas de organização capitalista. Veneza passou a constituir o protótipo de todas as formas futuras de ‘capitalismo (monopolista) de Estado’, enquanto Gênova veio a constituir o protótipo de todas as formas futuras de ‘capitalismo (financeiro) cosmopolita’. A

combinação e oposição sempre cambiantes dessas duas formas organizacionais e, acima de tudo, sua escala e complexidade sempre crescentes, associadas à ‘internalização’ de uma função social após outra, constituem o aspecto central da evolução do capitalismo histórico como sistema mundial” (idem, p. 153).

Do fim do século XVI até a maior parte do XVIII, a Holanda deteve a supremacia da economia mundial, centralizando redes de produção, comércio e poder:

“Em contraste com essas duas estratégias de acumulação – a estratégia veneziana de consolidação regional, baseada na auto-suficiência na gestão do Estado e da guerra, e a estratégia genovesa de expansão mundial, baseada num relacionamento de intercâmbio político com governos estrangeiros -, os holandeses, no início do século XVII, avançaram simultaneamente nas duas direções e fundiram essas duas estratégias numa síntese harmoniosa. Isso se baseou num relacionamento interno de intercâmbio político que tornou o capitalismo holandês auto-suficiente nas atividades bélicas e de Estado, e que combinou a consolidação regional com a expansão mundial do comércio e finanças holandeses” (idem, p.140).

Desde que o moderno sistema de comércio internacional se desenvolveu, na segunda metade do século XIX, Hirst identifica três grandes fases de desenvolvimento rápido no investimento e comércio internacionais:

1. “ *belle époque* de 1870 a 1914, durante a qual o comércio e a produção mundiais cresceram firme e paralelamente, com taxas anuais médias de 3,5% e 3,45%, respectivamente”
2. “ o grande *boom* que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial e terminou com a crise do preço do petróleo induzida pela Opep em 1973. Entre 1950 e 1973, o comércio mundial cresceu a uma taxa média anual de 9,4%, enquanto a produção cresceu 5,3%”
3. “ (a terceira fase tem início) após o processo de ajustamento aos choques do preço do petróleo em 1973 e 1979. Caracterizou-se pela liberalização dos movimentos de capitais, pela desregulação dos grandes mercados financeiros nacionais e pela adoção de taxas de câmbio flutuantes. O crescimento do comércio foi impressionante (9% em 1983-1990), mas não superou o do grande *boom* do após-guerra” (Hirst, 1998, pp. 104-5).

O ciclo de acumulação que imediatamente antecedeu o atual predomínio norte americano foi hegemonizado pela Inglaterra e compreendeu o período entre a

segunda metade do século XVIII e o início do XX. Neste caso, a internacionalização do capital assumiu novos contornos, sem precedentes até então, inclusive atingindo proporções até mais significativas que a própria “financeirização” contemporânea. A novidade do ciclo britânico foi a emergência da produção industrial em larga escala como mecanismo crucial da auto-expansão do capital.

Em cada um desses ciclos de acumulação, fases de expansão precederam fases de expansão financeira, momentos estes em que o capital, respondendo a crises de realização e queda da taxa de lucro, procura libertar-se da sua forma mercadoria, refugiando-se nos mecanismos da especulação financeira, refletindo uma contradição de fundo própria desse modo de produção. Conforme ainda Arrighi:

“Essa passagem mais recente do comércio e da produção para a especulação e a intermediação financeiras, como as três passagens análogas dos séculos anteriores, pode ser interpretada como um reflexo da mesma *contradição subjacente entre a auto-expansão do capital e a expansão material da economia mundial*, que corresponde, em nosso esquema, ao ‘desenvolvimento das forças produtivas da sociedade [mundial]’ de Marx. Em todos os casos, a expansão material da economia mundial constituiu apenas um meio para a sustentação de esforços que visavam primordialmente aumentar o valor do capital, e no entanto, no correr do tempo – eis a contradição –, essa expansão do comércio e da produção tenderam a reduzir a taxa de lucro e, com isso, a diminuir o valor do capital” (idem, p. 227, grifo nosso).

O ciclo britânico, caracterizado por Arrighi como “imperialismo de livre comércio”, assistiu a um espetacular aprofundamento das desigualdades da economia mundial, sob a égide do jogo das forças de mercado.

De acordo com Cardoso de Mello (1997, pp.16-7), no âmbito das relações Centro/ Periferia, pode-se definir o centro capitalista por três tipos de controle: sobre o processo de inovação tecnológica, sobre a moeda e a finança internacionalizada e sobre o poder político militar. A partir da Inglaterra, a expansão do poder central se deu basicamente em dois momentos, relacionados a duas ondas sucessivas de industrializações atrasadas: a primeira delas redundou na industrialização dos Estados Unidos, da França e da Alemanha, baseada em padrões de produção e consumo ingleses, mas já apontando a emergência de novas formas de organização capitalista, como o banco de desenvolvimento e o papel estratégico assumido pelo Estado, atuando decisivamente na promoção da modernização econômica; a Segunda onda resultou na industrialização do Japão e da Rússia, no momento em que já deslançava a Segunda Revolução Industrial, transformando drasticamente, no final do século XIX e início do XX, as condições em que se

processaria a continuidade da acumulação de capital.

Identificada com a utilização da eletricidade, do motor a combustão interna, da química orgânica, dos materiais sintéticos, da manufatura de precisão, do aço e do petróleo em escala industrial, este segundo grande ciclo de crescimento da indústria fez emergir uma nova estrutura produtiva que se consolidou e generalizou após a Segunda Guerra Mundial, sob a hegemonia norte americana, tendo como principais características:

1. rápido e prolongado crescimento internacional da produção e da produtividade;
2. liderança do setor industrial;
3. neste, lideram aqueles setores vinculados à produção em massa de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos), aos bens de capital e a química, em particular a petroquímica;
4. o subsistema de filiais das grandes empresas oligopólicas assume crescente importância e torna-se a face mais aparente do processo de internacionalização produtiva;
5. o ritmo de crescimento do comércio internacional é mais intenso que o do crescimento da produção industrial;
6. apesar do aumento do comércio internacional, é o mercado interno dos principais países capitalistas o principal responsável pelo crescimento econômico;
7. cresce a participação do emprego industrial e do emprego nos serviços (agora sob a *lógica industrial*), e continua caindo a participação do emprego agrícola nos mercados de trabalho nacionais;
8. acelera-se a mudança das fontes energéticas, com o abandono das fontes sólidas (carvão) e sua substituição pelo petróleo, cujo preço em queda no período favorece a expansão industrial” (Mattoso, 1995 p. 24).

Junto com a generalização do novo padrão produtivo ocorre a consolidação dos princípios tayloristas e fordistas de organização do trabalho, articulados com a produção em massa de artigos estandarizados, fragmentando a execução das tarefas produtivas e intensificando, numa escala sem precedentes, a utilização da força do trabalho.

O novo padrão produtivo caracteriza-se, assim, pela elevada capacidade de geração de emprego e pelo uso intensivo de energia, através da generalização do consumo de petróleo de seus derivados.

A superação da crise de superacumulação entre 1929 e 1937 marca, dessa forma, a definitiva ruptura com o velho padrão liberal de hegemonia britânica, substituído por um novo modelo de relações sob supremacia norte-americana.

O papel da economia de guerra, ou o “keynesianismo militar”, nesse contexto, deve ser convenientemente ressaltado. Foi este tipo de gasto público que deu início à fase de expansão material da economia capitalista no pós-guerra. De acordo com Belluzzo e Coutinho (1982, pp. 18-9), a economia de guerra abriu caminho para o surgimento de duas novas frentes de expansão: a primeira delas, representada pelo desenvolvimento de alguns novos setores, principalmente o ramo eletro-eletrônico, derivou de inovações técnicas resultantes da pesquisa militar; a outra frente de expansão foi proveniente da contenção relativa do consumo de duráveis durante a guerra, o que permitiu um crescimento sustentado da sua demanda até o final da década de 50.

Por outro lado, a manutenção de um elevado nível de despesas militares assegurou a sustentação do ciclo expansivo, o qual, vinculado ao crescente movimento de internacionalização da grande empresa americana, desde o fim dos anos 1940 e sobretudo a partir dos anos 1950, respondeu pela “onda larga” (os “anos dourados”) que avançou até o início da década de 70.

O próprio fortalecimento do sistema de Estados-nação teve na Guerra Fria um poderoso estímulo, pois seu vigor e sua capacidade de controlar suas sociedades minorava significativamente a ameaça de invasão inimiga. Comentando a propósito do enfraquecimento da capacidade de governabilidade dos Estados nacionais, particularmente após os acontecimentos de 1989 no Leste europeu, Hirst e Thompson ressaltam a especificidade da mudança em relação à época anterior:

“O que terminou, em 1989, foi uma estrutura específica de conflito entre grupos aliados de Estados-nação, a Guerra Fria. A força impulsora desse conflito era o medo mútuo entre dois campos armados: foram, então, exploradas, dos dois lados, propostas ideológicas, mas não se tratava basicamente de um choque de ideologias. A Guerra Fria reforçou a necessidade do Estado-nação, de sua capacidade militar e de suas formas de regulação econômica e social, no nível nacional, necessárias à sua sustentação” (idem, pp. 270-1).

Segundo Chesnais (1996, p. 300), três séries de formas institucionais parecem ter sido fundamentais para assegurar, durante um quarto de século, a estabilidade e a expansão da acumulação capitalista: as primeiras são as que permitiram gerir, na direção do crescimento, o trabalho assalariado como forma predominante de inserção social e de acesso à renda; as segundas, as que criaram um ambiente monetário estável, garantindo grau significativo de subordinação das

finanças às necessidades da indústria; e a mais importante, a existência de Estados institucionalmente fortes para estimular a demanda e o emprego, regulando e disciplinando a economia como um todo e o funcionamento do capital privado, em particular. Como sublinha Arrighi:

“Em todos os sistemas monetários mundiais anteriores – inclusive o britânico -, os circuitos e redes de altas finanças tinham sido firmemente controlados por banqueiros e financistas privados, que os organizavam e administravam para obter lucros. O dinheiro existente no mundo, portanto, era um subproduto de atividades com fins lucrativos. No sistema monetário mundial criado em Bretton Woods, em contraste, a ‘produção’ do dinheiro mundial foi assumida por uma rede de organizações governamentais, primordialmente movidas por considerações de bem-estar, segurança e poder – em princípio, o FMI e o Banco Mundial e, na prática, o Sistema da Reserva Federal dos Estados Unidos, agindo em concerto com os bancos centrais dos aliados mais íntimos e mais importantes do país. Assim, o dinheiro mundial tornou-se um subproduto das atividades de gestão do Estado” (idem, p. 287).

Portanto, a expansão do padrão de desenvolvimento norte americano e a internacionalização da produção ocorridas no pós-guerra possibilitaram a recuperação japonesa e européia, a dinamização das empresas multinacionais, o surgimento de novos países industrializados, a crescente importância da esfera financeira e a aparição de novos produtos e processos de trabalho (Mattoso, p. 55).

O auge do ciclo expansivo, entre o final dos anos 60 e o início dos 70, foi construído através da sincronização de dois movimentos: de um lado, a intensificação do processo de internacionalização do grande capital de todos os sistemas centrais, em crescente interdependência; de outro, a aceleração do crescimento americano em condições de crescente abertura, materializada na ampliação do déficit do balanço de pagamentos dos Estados Unidos e no crescente desequilíbrio de seu balanço comercial, transferia potentes estímulos a outras economias capitalistas, particularmente aos setores exportadores japoneses (Belluzzo e Coutinho, p. 10).

Acrescente-se aqui a magnitude já alcançada na época pelo mercado interbancário privado (o “euromercado”), como manifestação da crise de sobre-investimento generalizado que levava massas de capital a buscar formas alternativas de valorização. Nesse sentido, a quadruplicação dos preços do petróleo no final de 1973 funcionou simplesmente como um detonador da crise e não como sua causa, acelerando a tendência de queda do investimento produtivo e ampliando tensões

inflacionárias. A crise estrutural foi resultado, assim, do esgotamento dos impulsos dinâmicos do padrão de industrialização e do progresso técnico, da saturação de mercados internacionalizados, da crescente “financeirização” da riqueza produtiva e do enfraquecimento da hegemonia norte-americana.

Trata-se da crise do sistema de regulação fordista, cujos fatores são assim caracterizados por Chesnais: “(...) rigidez das estruturas industriais oligopolistas, no plano nacional; crise de todas as determinações da relação salarial fordista; crise fiscal do Estado e questionamento da amplitude assumida pelos gastos públicos; deterioração das relações constitutivas da estabilidade do regime internacional” (idem, p. 298).

No lado socialista – apesar da crise haver-se manifestado e sido reconhecida oficialmente quase uma década mais tarde – os fenômenos de ineficiência produtiva, esgotamento da capacidade fiscal do Estado e uso predatório dos recursos naturais foram potencializados e tiveram repercussões muito mais profundas, ao lado dos fatores especificamente políticos da crise.

Observam-se, em todos os países que aplicaram o modelo leninista, um processo de rendimentos decrescentes a partir das vantagens inicialmente obtidas. Os incentivos para inovação e a produtividade foram eliminados pela centralização burocrático-autoritária, criando imensos desajustes setoriais, por erros de planificação e vícios de execução, provocando insatisfatório atendimento das demandas e má qualidade dos produtos, e instituindo um regime de duplicidade e de mentiras oficializadas.

A mudança da produção em massa, padronizada, para métodos de produção mais flexíveis, incorporando as novas tecnologias com base na microeletrônica e novos processos de gestão, inaugura a fase “pós-fordista” dos métodos de organização do trabalho (para uma crítica das concepções “fordistas” e “pós-fordistas” das relações de produção capitalistas, ver Kumar, 1997, cap. 3).

Do ponto de vista monetário e financeiro, deve-se registrar, como manifestações da crise, a subida do patamar inflacionário, a criação do euromercado e das praças “off-shore”, e a emergência de um regime de taxas flutuantes de câmbio, a partir de 1973. De acordo com Belluzzo (1997, p. 172), “as convenções que sustentaram o longo período de crescimento – através das taxas elevadas de crescimento do investimento privado, do gasto público, da produtividade e dos salários reais, numa situação de pleno-emprego – foram sendo minadas pelo acirramento da concorrência intercapitalista e, quase em simultâneo, pelo agravamento de conflito distributivo”. A internacionalização do capital monetário representa a libertação financeira de todas as instituições que enquadravam e

regulavam suas operações: “Diferentemente do que ocorreu do pós-guerra até o início dos anos 80, a transformação das poupanças em créditos bancários cedeu lugar à finança direta, mobilizada através dos mercados dos ativos” (idem, p. 176).

Registre-se, por fim, que a grande internacionalização do capital no ciclo expansivo pós Segunda Guerra Mundial implicou no avanço dos processos de industrialização da periferia e sua penetração nos mercados do Primeiro Mundo. Estes países, recém-incorporados à fronteira de acumulação do grande capital transnacional, foram – juntamente com os países do extinto bloco socialista – os grandes receptores de empréstimos oriundos do euromercado, até a crise mexicana de 1982 (sobre os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais da crise mundial, ver Hobsbawm, 1995, cap. 14).

3. A Expansão Financeira Atual

O movimento de globalização em curso, é marcado pela reação norte-americana aos reveses político-militares da década de 1960, agravados pela instabilidade financeira, declínio do valor do dólar e estagflação típicas dos anos 70: o choque de juros imposto pela Reserva Federal dos EUA em setembro de 1979. A economia americana, desde então, vai revertendo suas debilidades das décadas anteriores, recuperando a dominância mundial do dólar e conferindo poderoso impulso à financeirização, compreendida como o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo (Braga, 1997).

O fato marcante, nos anos 80, foi o montante e a extensão dos desajustes dos balanços de pagamento, tanto nos países industrializados quanto naqueles em desenvolvimento. Tal fato trouxe importantes impactos à evolução dos mercados financeiros internacionais, cujo impulso original mais significativo continuou sendo os desequilíbrios nas contas externas americanas.

O alargamento desses déficits teve, na emissão e colocação de títulos do governo americano junto a não-residentes, umas das formas básicas de financiamento adotada. Tais desequilíbrios, associados à instabilidade crônica nas taxas de juros e câmbio das principais economias mundiais e com o apoio das novas tecnologias da informática e das telecomunicações, levaram o sistema de crédito privado internacional a utilizar os títulos da dívida pública americana como lastro do amplo *processo de securitização* em curso. Este, ao lado das *inovações financeiras* e da *desregulamentação* que possibilitou a interpenetração de vários mercados nacionais e o alargamento dos mercados financeiros internacionais, constituem os

elementos centrais da financeirização globalizada (para verificação das alterações e principais tendências dos mercados financeiros internacionais, consultar Lima, 1997, cap. 2; sobre a ‘diplomacia do dólar’, ver Tavares, 1997).

A repentina passagem de políticas monetárias extremamente frouxas para políticas bastantes rigorosas, características da era Reagan, recentralizou nos EUA o dinheiro mundial sob controle privado e foi caracterizado por um novo salto, sem precedentes, na concentração de riqueza. A mudança mais importante foi o rápido crescimento do investimento externo direto (IED), típico dessa nova fase:

“No período de 1945 – 73, o fator dominante que dirigiu a economia mundial foi o crescimento do comércio internacional; do início da década de 80 em diante, sustentamos, foi o crescimento do investimentos externos diretos. (...) Os agentes responsáveis pelo (IED) são as corporações multinacionais. (...) essa distribuição (do IED) é social e geograficamente desigual em uma escala mundial. O (IED) é quase exclusivamente concentrado nos Estados industriais avançados e em um pequeno número de economias industriais em desenvolvimento rápido” (Hirst e Thompson, 1998, pp. 87-8).

Em outra passagem, Hirst estima a dimensão quantitativa dessa concentração:

“... o IED, por mais importante que seja, continua a circular entre os três principais blocos da tríade, sendo a maior carga de IED intercambiada entre os países ricos. Em 1981 – 1990, 75% dos fluxos de investimento vieram dos Estados Unidos e do Canadá, da União Européia e da Associação Européia de Livre Comércio, e do Japão – representando 14% da população mundial em 1990. Se fossem acrescentados a esses dados os nove mais importantes países em desenvolvimento, recebedores de IED, e as oito províncias costeiras da China, além de Beijing, eles representariam outros 14% da população mundial e tomariam 16,5% de IED no mesmo período. Desta forma, mais de 90% do IED foi confinado em pouco mais de um quarto da população mundial” (Hirst, 1998, p. 110).

Na mesma ótica, Tavares e Melin comentam, do ponto de vista da operação dos mercados, os efeitos da centralização decisória nas mãos da seleta classe de rentistas cosmopolitas alimentada pela financeirização global:

“... O regime de acumulação vigente implica que todas as decisões relevantes que se referem à alocação do (IED) sejam tomadas por um grupo restrito de empresas e bancos multinacionais (...) a estratégia desses agentes ‘seletos’ não é mais a conquista definitiva de mercados nacionais, com um horizonte de rentabilidade de longo prazo, mas sim maximizar os

ganhos patrimoniais e especulativos em todos os mercados financeiros, em particular o cambial” (Tavares e Melin, 1998, pp. 43-4).

Esse novo padrão de riqueza do capitalismo contemporâneo vem, desde o rompimento da conversibilidade do dólar em 1971 e a expansão das praças financeiras “off-shore”, produzindo efeitos perversos, ao combinar uma instabilidade monetário-cambial crônica com um crescimento desprezível em todo o mundo:

“Os constrangimentos ao produtivismo nesse padrão de riqueza induzem a uma *problematização* do desenvolvimento das bases produtivas, entendida como uma limitação ao amplo e generalizado crescimento com inovações tecnológicas que seja difundível homogeneamente por setores e países. Ademais, sinaliza um movimento desequilibrador da divisão internacional do trabalho e disparidades crescentes de renda, de riqueza e de sociabilidade; compreendidas como acesso ao emprego, à expansão vital e cultural, à convivência democrática e civilizada” (Braga, 1997, pp. 238-9).

Porém, como assinala Arrighi, toda fase de expansão financeira, de multiplicação de riqueza “fictícia”, tem limites históricos incontornáveis. O deslocamento do capital comercial e industrial para a intermediação e a especulação financeiras denota uma crise sistêmica mais profunda, a qual a passagem para as altas finanças previne temporariamente:

“No entanto, por mais maravilhoso que esse momento possa ser para os que mais se beneficiam do fim da expansão material da economia mundial, ele nunca representou uma solução duradoura para a crise sistêmica subjacente. Ao contrário, sempre foi o preâmbulo de um aprofundamento dessa crise e da eventual superação do regime de acumulação ainda dominante por um novo regime” (Arrighi, 1996, p. 220).

4. O Novo Padrão Produtivo

O movimento de intensa concentração do comando capitalista abrange também os aspectos tecnológicos e político-militar. Em particular, podemos destacar, por um lado, que o extraordinário poder econômico das corporações multinacionais se lança de maneira hostil “contra as políticas nacionais de preservação dos sistemas industriais voltadas para o mercado interno, transformando os Estados Nacionais em reféns das políticas do Grande Capital” (Cardoso de

Mello, 1997, p. 20); por outro lado, os ganhos de produtividade inerentes às novas tecnologias são acompanhados pelo desemprego, pela precarização do trabalho e pelo dismantelamento dos sistemas de proteção social (Marques, 1997, pp. 51/85).

Estas mesmas corporações, alicerçadas num extraordinário poder financeiro, deflagram, por sua vez, a Terceira Revolução Industrial. São as seguintes as características principais desse novo padrão tecnológico fundado na automação integrada flexível:

- Flexibilização dos processos produtivos e das formas de organização do trabalho;
- Descentralização e diminuição do tamanho das plantas industriais, face ao gigantismo das economias de escala típicas do modelo anterior;
- Maior grau de personalização e individualização dos produtos, em contraposição à massificação anterior;
- Maior flexibilidade de gestão e operação dos empreendimentos, prescindindo da excessiva normatização e intervenção do Estado e supranacionalizando sua atuação; como consequência, diminui a capacidade de controle dos Estados Nacionais e decresce a importância das fronteiras nacionais ante a conformação de uma economia internacionalizada na escala planetária;
- Uso intensivo da informação e do conhecimento;
- Decréscimo relativo (e muitas vezes absoluto) da participação da classe trabalhadora industrial e tradicional – os chamados trabalhadores “produtivos” –, o que traz sérios impactos na composição, força política e pautas de atuação do movimento sindical.

De acordo com Mattoso, estar à frente de determinados setores produtivos conferiria vantagens tecnológicas e competitivas na acirrada concorrência internacional:

“Do ponto de vista da estrutura e da dinâmica industrial, a principal tendência diria respeito ao desenvolvimento da tecnologia digital de base microeletrônica e ao conjunto do progresso técnico gerado no complexo eletrônico, que teriam tido papel significativo na retomada do crescimento industrial e na expansão do próprio complexo eletrônico. Os progressos técnicos realizados em outras áreas como a química fina, novos materiais, biotecnologia etc., também contaram com o desenvolvimento da informática e posicionaram estes setores como supridores de inovações e novas trajetórias tecnológicas para o conjunto do sistema” (Mattoso,

1995, p. 65).

As implicações da nova matriz econômico-produtiva em termos de geração de emprego e renda são tão profundos que provocam a perda de eficácia das tradicionais políticas keynesianas de estímulo à demanda agregada, já que, muito provavelmente, a expansão significativa do gasto público por períodos prolongados levaria antes ao comprometimento da receita do Estado com o serviço da dívida pública, na elevação do custo do empréstimo público e no crescimento das importações, antes que apreciáveis efeitos ocupacionais e sobre a renda da população fossem observados.

5. Estados Nacionais e Globalização

O conceito de globalização é bastante controverso, sendo usado, comumente, para caracterizar realidades distintas e justificar a introdução de políticas e processos julgados inevitáveis. Seu caráter de instrumento ideológico é evidente. A propalada diluição das fronteiras e dos territórios, bem como a superação do papel dos Estados-nação, e a correspondente perda de sentido das estratégias nacionais de gerenciamento macroeconômico, não encontram suficiente comprovação empírica. Não estamos negando as evidentes transformações que a realidade atual do poder capitalista impõe na agenda política, econômica e social dos diversos governos, mas daí a afirmar a inexorabilidade de fenômenos supranacionais solapando a capacidade e tornando mesmo desnecessárias as ações estatais de promoção econômica e social mascara, com interesses bem determinados, a própria funcionalidade do sistema de Estados-nação para o capitalismo moderno (acerca dos aspectos teóricos relacionados ao conceito de globalização econômica, consultar Lacerda, 1998, cap. 1).

Uma visão de globalização que foge dos modelos estereotipados hoje em voga, mas que a relaciona aos fenômenos econômicos contemporâneos, é-nos fornecida por Gonçalves, a seguir transcrita:

“ (...) globalização pode ser definida como a interação de três processos distintos, que têm ocorrido ao longo dos últimos 20 anos, e que afetam as dimensões financeira, produtiva-real, comercial e tecnológica das relações econômicas internacionais. Estes processos são: a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o acirramento da concorrência nos mercados internacionais; e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais” (Gonçalves, 1998, p. 136).

Quanto à questão dos determinantes da globalização, o mesmo autor enfatiza, com propriedade, a predominância de um fator sistêmico para explicar a especificidade do grande avanço atual dos processos de internacionalização do capital e de expansão financeira: a crise de realização da produção nos países desenvolvidos. Assim o autor se expressa:

“Os determinantes da globalização podem ser agrupados em três conjuntos de fatores: tecnológicos, institucionais e sistêmicos.

O primeiro conjunto de determinantes da globalização econômica refere-se aos *desenvolvimentos tecnológicos* associados à revolução da informática e das telecomunicações

O segundo determinante refere-se aos fatores de ordem *política e institucional* referenciados à ascensão das idéias liberais ao longo dos anos 80 (...) O resultado dessa ascensão foi uma onda de desregulamentação do sistema econômico em escala global ‘’

O terceiro e último conjunto de fatores é de ordem *sistêmica e estrutural*. O ponto central aqui é ver a globalização econômica como parte integrante de um movimento de acumulação em escala global caracterizado pelas dificuldades de expansão da esfera produtiva-real das economias capitalistas maduras. (...) trata-se do problema clássico de realização do capital. Como resultado, há um deslocamento de recursos da esfera produtiva real para a esfera financeira...” (idem, pp. 140-2).

Para Hirst e Thompson, a globalização, da maneira como é concebida por seus defensores mais extremados, é um mito. Entre os fatores que a invalidam os autores destacam:

1 – A atual mundialização da economia tem precedentes e corresponde a um estado conjuntural da internacionalização, cujo impulso origina-se da generalização da tecnologia industrial moderna, após 1860.

2 – Empresas genuinamente transnacionais são raras; a maior parte das empresas continua a ter base nacional sólida.

3 – O investimento externo direto é altamente concentrado nas economias industriais avançadas, assim como os fluxos comerciais e financeiros, e esse domínio deve continuar (Hirst e Thompson, 1998, p. 15).

As corporações líderes desse processo são multinacionais, pois seu espaço de realização de lucros abrange vários territórios nacionais,

“ ... mas esta mesma capacidade global está ancorada em países onde a consistência macroeconômica e os fundamentos industriais e tecnológicos são mais sólidos. Ou seja, em países onde exista moeda nacional

conversível internacionalmente, sistema de financiamento do investimento de longo prazo, sistemas de desenvolvimento tecnológico e dinâmica produtiva virtuosa em setores relevantes de bens de capital e de bens de consumo” (Braga, 1997, p. 219).

A moeda forte, as políticas industrial e tecnológica e os mecanismos financeiros estratégicos são resultados da ação do respectivo Estado-nação, e não de sua omissão ou definhamento político. O ambiente virtuoso, propício aos investimentos produtivos só pode surgir (apesar de não se esgotar, evidentemente) sobre essa base:

“... toda lógica do movimento de globalização tem, desde a sua origem, um caráter de concorrência predatória e de especulação patrimonialista, tanto entre empresas como entre Estados capitalistas, que só podem ser contidas e reguladas mediante o fortalecimento, sob novas formas, dos mecanismos de proteção econômica e social, e, portanto, de intervenção dos Estados nacionais, que continuarão sendo as unidades decisórias fundamentais na política internacional, embora mantendo, como alias desde sempre, poderes assimétricos” (Tavares e Melin, 1998, p. 50).

Ao mesmo tempo que a capacidade de governabilidade do Estado mudou e, em certos aspectos, enfraqueceu consideravelmente – em termos de autonomia, controle territorial sobre os processos econômicos e sociais, capacidade de manter a singularidade nacional e a homogeneidade cultural (Hirst e Thompson, 1998, p. 274) -, ele permanece uma instituição crucial, especialmente ao criar as condições para uma efetiva governabilidade internacional: “Os Estados-nação (...) são eixos entre agências internacionais e atividades subnacionais porque provêem legitimidade como a voz exclusiva de uma população limitada territorialmente” (ídem, p. 295).

Assim, a estabilidade na economia internacional só pode ser conquistada e mantida através do concurso decisivo dos Estados-nação, não só pela capacidade de regulação de suas populações, mas principalmente por garantir legitimidade aos processos de gestão supra e subnacionais. É exatamente na articulação entre os níveis supranacionais, nacionais e regionais-locais que se encontra a chave da possibilidade de regulação e governabilidade internacional na direção do interesse público, e que tem na instância *nacional*, com a respectiva esfera de autonomia, seu elo de ligação decisivo: “A globalização não está eliminando os estados, apenas está redefinindo as suas hierarquias e seus espaços e graus de autoridade no exercício de suas soberanias” (Fiori, 1997, p. 134).

É nessa direção que pode ganhar substância e efetividade a revalorização dos espaços regionais e locais de intervenção política: a nova dialética de interação

local-regional/ nacional/ mundial revela potenciais importantes de crescimento organizativo – de que são exemplos, ainda incipientes, a multiplicação de Redes e Consórcios de Cidades e a cooperação municipal internacional, que teve na Conferência Habitat II, realizada em Istambul em junho de 1996, um reforço importante -, ao vincular distintas instâncias político-representativas, com suas esferas próprias de autonomia e ação, com o objetivo de lograr maior legitimidade e eficácia nas estratégias de desenvolvimento econômico e social.

6. Potencialidades e Limites dos Processos em Curso

Vimos anteriormente que, apesar das evidentes particularidades que marcam os sucessivos avanços internacionalizantes do capitalismo, este sempre, desde a sua origem – quando os primeiros Estados se transformaram, imediatamente, em impérios coloniais -, possui vocação mundial. Essa mesma inclinação consiste, historicamente, na própria superioridade da ordem do capital sobre as formações econômico-sociais precedentes.

As substanciais mudanças trazidas pela revolução científico-técnica no mundo da produção, da distribuição, dos serviços e na vida cotidiana dos povos geram as premissas materiais que tornam reais as condições da plena universalidade do “quê fazer” humano. A internacionalização da produção, o desenvolvimento dos meios de comunicação, as interações sócio-culturais e a expansão da informática conferem um novo caráter àquela potencialidade.

Porém essas mesmas transformações repõem um dos questionamentos mais profundos à racionalidade e vigência histórica do modo de produção capitalista: trata-se da contradição entre a extensão ilimitada das forças produtivas e a conservação das relações sociais fundadas na propriedade privada.

Essa contradição o capital trata de “resolver” por diversas formas, todas elas encaminhando o mundo a um desenvolvimento explosivo das desigualdades sociais e a um agravamento sem precedentes dos impasses políticos.

Talvez pela primeira vez na história, a humanidade constrói uma base técnico-material de dimensão universal que viabiliza superar a era da escassez e a tirania absoluta do esforço físico do trabalho e inaugurar um tempo novo de planificação, racionalidade na utilização dos recursos e desenvolvimento harmônico e multilateral do indivíduo.

Ante as possibilidades de implantar de forma efetiva um controle social

sobre o conjunto da produção material, liberar tempo de trabalho socialmente necessário, racionalizar a produção e o consumo, propiciar o desenvolvimento integral do homem e assegurar um crescimento mundial equitativo, que a revolução tecnocientífica torna factível, o sistema capitalista responde com a monopolização dos frutos do progresso técnico nas mãos de poucos e a marginalização crescente, a intensificação do trabalho, a irracionalidade da produção e do consumo e o alargamento da brecha entre os países ricos e pobres.

A título de considerações finais, buscaremos aqui ressaltar algumas contradições que envolvem o conceito de globalização, a partir de seus limites histórico-estruturais nas condições do sistema capitalista e do papel dos Estados nacionais na articulação das relações dialéticas que se estabelecem entre os planos universal-particular-singular.

Utilizaremos inicialmente, como contraponto às nossas reflexões, o recente trabalho de Ianni (1996) sobre a globalização, onde o autor tematiza aspectos vinculados à realidade contemporânea do capitalismo global em relação ao trabalho, à cultura e aos problemas étnicos, urbanos e agrários. No nosso entender, as argumentações do autor, pela sua generalidade e imprecisão, repercutem os estereótipos de uma visão de globalização que nela vislumbra a superação total dos Estados-nação, a vigência do mercado mundial de força de trabalho, a desterritorialização das estruturas de poder, o predomínio dos valores de uma cultura verdadeiramente universal, em suma, quase chegando, por outros caminhos, ao famoso ‘‘fim da História’’ de Francis Fukuyama.

Algumas passagens extraídas de seu trabalho permitem-nos contraposições elucidativas, de nosso ponto de vista:

“São muitas e poderosas as forças características da globalização, *tornando anacrônico o estado-nação e quimérica a soberania* (...). Já não é suficiente o paradigma das relações internacionais que prioriza o estado-nação como figura principal, ator da soberania. No âmbito da sociedade global, vista como um universo de relações, processos e estruturas novos, próprios da globalização, o estado-nação perde boa parte do seu significado tradicional. As novas realidades, relações, instituições e estruturas, não só econômicas, mas também sociais, políticas, culturais, religiosas, lingüísticas, demográficas, geográficas e outras estabelecem condições e possibilidades de novos intercâmbios, ordenamentos, estatutos” (Ianni, 1996, p. 120, grifo nosso).

Em princípio, se o Estado-nação torna-se anacrônico, quem constitui e materializa o rol protagônico? Que conjunto de instituições o substitui? Como se vinculam e territorializam, local, regional e nacionalmente, as novas ordenações

“globalizantes”? Qual é o novo significado do Estado-nação, uma vez que o mesmo continua, teimosamente, a sobreviver? O autor evita, sistematicamente, valorações sobre os processos em curso, o que nos permite supor, implicitamente, um eventual juízo positivo nas “relações e possibilidades de novos intercâmbios, ordenamentos, estatutos” nos marcos do capitalismo atual, ou de suas perspectivas: não conseguimos, porém, vislumbrar tais virtualidades sem projetar novas configurações societárias que superem, radicalmente, as realidades vigentes; como tal possibilidade atualmente não se delinea na prática, todas as afirmações cobrem-se de um véu de absoluta indeterminação.

Um pouco adiante, o autor busca atenuar as suas afirmações anteriores:

“Se é verdade que a globalização do mundo está em marcha, e tudo indica que sim, então começou (o) réquiem pelo estado-nação. Ele está em declínio, sendo redefinido, obrigado a rearticular-se com as forças que predominam no capitalismo global e, evidentemente, forçado a reorganizar-se internamente, em conformidade com as injunções dessas forças. É claro que o estado-nação, com sua sociedade nacional, história, geografia, cultura, tradições, língua, dialetos, religião, seitas, moeda, hino, bandeira, santos, heróis, monumentos, ruínas continuará a existir. Mas não será mais o mesmo (...)” (idem, p. 121).

Se o Estado-nação está sendo redefinido, quais seus novos contornos? Em que configuração ele “continuará a existir”? Se começou o “réquiem pelo estado-nação”, sendo que ele “continuará a existir”, “mas não será mais o mesmo”, o que será então?

“A sociedade global continua e *continuará a ser* um todo povoado de províncias e nações, povos e etnias, línguas e dialetos, seitas e religiões, comunidades e sociedade, culturas e civilizações. As diversidades que floresceram no âmbito da sociedade nacional, quando esta absorveu feudos, burgos, tribos, etnias, nacionalidades, línguas, culturas, tradições, sabedorias e imaginários *podem tanto desaparecer como transformar-se e florescer (...)*” (idem, pp. 123-4, grifos nossos).

A passagem anterior permite o entendimento que, constitutiva e estruturalmente, não é possível afirmar, peremptoriamente, a emergência de uma “nova era”. Pelo contrário, alguns outros questionamentos talvez sejam mais pertinentes à perplexidade do momento atual: é possível a superação das fronteiras e da territorialização do espaço nos marcos do capitalismo? Ou seja, é factível uma *mundialização de fato, plena e integral*, no sentido de uma redistribuição radical dos recursos produtivos e da renda voltada à multilateralidade da existência humana, nas condições do regime atual?

Não é possível, com a maior dose de otimismo analítico, sustentar tal perspectiva. Os centros decisórios e as estruturas de poder do capitalismo atual não são “desterritorializados”, eles não pairam nas nuvens, antes se vinculam a interesses concretos e específicos, na maior parte das vezes com uma territorialidade bem demarcada (como exemplo, os mecanismos associados à hegemonia norte americana e a articulação de interesses ao seu redor).

Além disso, se na “época da globalização do capitalismo o mundo do trabalho torna-se realmente mundial, deixando de ser uma metáfora” (idem, p. 180), aonde, afinal, nós vivemos? Na sociedade global? O nosso cotidiano se define como “globalizado”? A quem nos reportamos para trabalhar, transportar-nos, alimentar-nos, cuidar da saúde e educar-nos: a autoridades globais? Como se constrói o processo de nossa auto-identificação, sem estar referenciada, prioritariamente, a realidades locais, regionais e nacionais? Mesmo as “cidades globais” expressam hegemonias de grupos nacionalmente estabelecidos. Na verdade, o capitalismo “global” implica – e sempre implicou, apesar das novas características do momento atual que, entretanto, não alteram seu caráter – mediações institucionais indispensáveis, tendo em vista a natureza desigual e combinada da sua evolução.

A vocação universalizante do capitalismo foi ressaltada em muitas passagens clássicas, como aquela que o mesmo autor utiliza (pp. 267-8) para reforçar sua tese da “globalização” plena, mas que aqui transcrevemos para sustentar uma característica de origem, imanente e específica do desenvolvimento capitalista:

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.

Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias primas autóctones, mas sim matérias primas vindas de regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. (...) A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se

cada vez mais impossíveis...” (Marx e Engels, 1960, pp. 26-7).

Outros trechos do trabalho de Ianni, antes de ressaltar características específicas e próprias do momento atual, confirmam fenômenos atinentes à própria natureza da formação econômico-social capitalista, admitindo-se neles, porém, diferenças de grau mas não de gênero. Assim:

“Sob as mais diversas formas sociais e técnicas de organização, o processo de trabalho e produção passou a estar subsumido aos movimentos de capital em todo o mundo” (idem, p. 156); “(...) todas as formas singulares e particulares de trabalho são subsumidas pelo trabalho social, geral e abstrato que se expressa no âmbito do capitalismo global, realizando-se aí” (idem, p. 169).

Qual a originalidade desse fenômeno? O trabalho abstrato é condição básica da produção mercantil capitalista, subordinando a produção concreta de valores de uso. Até aqui, não há qualquer novidade que não seja atributo essencial dessa formação (na sua “vocalização mundial”) ou que não tenha aparecido, com diferentes intensidades, em outras épocas. Nesse sentido, a transformação do trabalho produtor de gêneros úteis para a atividade produtora de valor, a emergência do trabalho reificado, portanto, constitui uma mudança muito mais radical, já que inaugura um novo modo de produção, característica esta não presente no momento atual.

É possível, a partir da mundialização em curso, perceberem-se mudanças na configuração dos Estados – articulações, blocos, unificação em certos casos de áreas homogêneas -, mas não a *superação* do sistema em direção a formas superiores de governabilidade em escala planetária, por estas pressupõem necessariamente a *superação simultânea de suas contradições* e modificações estruturais, de fundo, na ordem internacional.

O próprio autor reconhece indiretamente o alcance limitado das atuais configurações ao vincular o caráter marcadamente transnacional de muitos aspectos da realidade econômica ao auge das tecnologias de informação (p. 171); ou seja, um salto de qualidade no seu aparato instrumental permite, sem dúvida, ressaltar certas virtualidades e manifestações sistêmicas, sem alterar-lhe a essência.

No plano cultural e civilizatório, o atual avanço globalizante do capital envolve as mais diversas tradições culturais, convivendo com elas, modificando-as e provocando até mesmo ressurgências. Aliás, poder-se-iam interpretar tais entrecosques como possibilidades, progressivas ou regressivas, de uma nova simbiose entre o local/ regional/ nacional/ global, com suas esferas específicas de autonomia, apontando potencialidades de articulação democrática, sem diluição de

uma esfera em outra ou, pelo contrário, reacendendo toda sorte de manifestações xenófobas, racistas ou fundamentalistas, as quais, nas condições do excludente cenário mundial contemporâneo, têm prevalecido.

No tocante ao caráter manipulador e mercadológico das representações ideológicas propagadas pela mídia, Ianni aponta, corretamente, sua natureza:

“Em boa medida a mundialização cultural, principalmente no que se refere à cultura de massa, é grandemente realizada e orquestrada pela mídia impressa e eletrônica. Ela se organiza numa indústria cultural, inclusive como setor produtivo altamente lucrativo, de alcance mundial. Alcança os mais distantes lugares, cantos e recantos. Combinada com o *marketing* global, com o qual convive e confunde-se muitas vezes, difunde e reitera continuamente padrões e valores prevaletentes nos centros dominantes, irradiados desde as cidades globais, tecendo mercadoria e ideologia, corações e mentes, nostalgias e utopias” (idem, pp. 184-5).

Porém, a indeterminação, que beira a apologia dos novos recursos da mídia impressa e eletrônica, volta a dominar o discurso, quando, um pouco mais adiante, o autor a eles se refere, enaltecendo sua “eficácia na notícia e análise relativas aos mais diversos assuntos da vida da sociedade local, nacional, regional e global, do norte ao sul, do ocidente ao oriente, do relevante ao frívolo” (idem, p. 185).

É imperativo, no nosso entender, expressar com clareza o caráter reificado da indústria cultural moderna, orientada ideologicamente para reforçar certa visão de mundo, através da celebração de valores consumistas, da concentração de notícias das sociedades capitalistas dominantes, da deliberada obliteração de questões relevantes e da fixação, quando se trata de regiões periféricas, em aspectos sensacionalistas, fúteis, ou exóticos. A suposta desterritorialização dos centros de controle e decisão é grosseira aparência para escamotear os verdadeiros interesses em jogo. É fato constatável o papel alienante do sistema de comunicação imperante no mundo face às reais necessidades de conscientização, participação, revalorização humana e difusão dos verdadeiros valores culturais dos povos (sobre os sistemas de comunicação como instrumentos de dominação, consultar Cannabrava Filho, 1982).

Por seu turno, a plena integração da inovação e da experimentação estéticas em relação à lógica dos mercados constituem uma característica básica da chamada cultura *pós-moderna*, sucessora do *modernismo* no plano dos valores da civilização. Ao contrário deste – cuja busca incessante da racionalidade e do entendimento totalizante do mundo marcaram sua trajetória desde a irrupção do Iluminismo no século XVIII -, as concepções e a prática pós-modernas centram sua ênfase no fragmentário e no contingente, fenômenos de uma realidade essencialmente mutante

mas sem nexo distinguível ou sentido racionalmente apreensível. É o mundo da “colagem” e da indeterminação. Contrafação, no plano cultural, da predominância do individualismo neoliberal na realidade econômica e social, a produção estética pós-moderna distingue-se pela rejeição à idéia de progresso e pelo abandono da história, o que impossibilita, no limite, quaisquer bases para a ação racional:

“O pós-modernismo quer que aceitemos as reificações e partições, celebrando a atividade de mascaramento e de simulação, todos os fetichismos de localidade, de lugar ou de grupo social, enquanto nega o tipo de metateoria capaz de apreender os processos político-econômicos (fluxos de dinheiro, divisões internacionais do trabalho, mercados financeiros etc.), que estão se tornando cada vez mais universalizantes em sua profundidade, intensidade, alcance e poder sobre a vida cotidiana” (Harvey, 1992, p. 112).

Dessa forma, como já enfatizamos anteriormente, consideramos ilusória e mistificadora a idéia da superação dos Estados-nação nos marcos do capitalismo contemporâneo, não apenas porque o espaço, longe de configurar um aspecto contingente da ação humana – apesar de suas barreiras serem continuamente superadas pelo progresso econômico –, continua a representar uma dimensão essencial da práxis social, como, principalmente, pelo fato da gestão capitalista mundial se exercer, necessariamente, por mediações, dentre as quais os Estados nacionais constituem – nas condições prevaletentes do modo de produção mercantil mundializado – elos insubstituíveis. Face à internacionalização crescente dos processos produtivos e financeiros, os Estados-nação atuam como receptáculos dinâmicos e dotados de identidade das políticas emanadas dos centros dominantes e disciplinadores do antagonismo capital-trabalho no interior de suas fronteiras:

“Se o processo de produção se mundializa no tocante ao nível de organização das forças produtivas, o mesmo não ocorre no tocante à geração de valor, uma vez que esta geração, ocorrendo no nível da fábrica, tem uma territorialização demarcada. Encerrando o antagonismo nuclear do modo de produção capitalista, a fábrica (sistema fabril) força ao Estado sua demarcação, impondo-lhe a mesma territorialidade. Por isto, se o capital produtivo, ao se mundializar, unifica o mundo economicamente, quebra-o jurídico-politicamente em vários Estados nacionais. O fato é que o Estado não pode se descolar da territorialidade do antagonismo capital-trabalho, sob o risco de não poder dar conta desse antagonismo. Isto inviabiliza um Estado mundial, assim como é possível com a economia. A mundialização da transfiguração do valor determinada pela mundialização da subsunção real engendra, pois, um espaço marcado pela contradição mundialização – fragmentação nacional do capital.

Eis por que a mundialização da economia (produção – circulação do valor) se faz acompanhando da multiplicação numérica dos Estados nacionais: o nexó estrutural do espaço da mundialização do capital produtivo é a contradição capital-trabalho. Desse modo, o mundo se unifica no nível do capital produtivo, mas este capital produtivo traz dentro de si a fragmentação jurídico-política mundial” (Moreira, 1985, pp. 35-6).

A atual “globalização” não se configura principalmente como uma nova era na qual os fundamentos materiais do sistema tenham sido radicalmente transformados, mas tão somente como mais uma fase da internacionalização capitalista, componente endógeno da sua compulsão original pelo alargamento incessante dos mercados e novos espaços de valorização do capital.

A economia capitalista, na qual o objetivo dos produtores é a acumulação de riqueza sob a forma monetária e não a “maximização” do produto global, submetida à lógica de uma irrefreável “auto-reprodução destrutiva” (Mészáros, 1989a, cap. 4), “incapaz de prover a racionalidade abrangente de um adequado controle social” (Mészáros, 1989b, p. 30), é ainda incompatível com a sua generalização em escala planetária:

“O desenvolvimento de toda parte do globo é tanto menos desejado, na medida em que ele não é possível como extensão dos modos de produção e consumo atuais dos países avançados. (...) Os fundamentos do modo de desenvolvimento do capitalismo monopolista contemporâneo – a propriedade privada, o mercado, o lucro, o consumo exacerbado pelo agulhão da publicidade, mas também constantemente buscado como base de retomada da atividade industrial (inclusive pelos partidos ‘de esquerda’ e pelos sindicatos), o produtivismo a qualquer custo, sem atenção aos recursos naturais e à repartição do trabalho e da renda – estabelecem os seus limites sociais, políticos e geográficos” (Chesnais, 1996, pp. 313-4).

Vistos sob outro ângulo, os limites ao crescimento indefinido do capital podem ser percebidos nas fases de expansão financeira, que refletem a contradição insuperável imanente à acumulação capitalista, qual seja, o objetivo da acumulação monetária se verificar através da produção material de valores de uso (esta última constituindo simples *meio* de valorização), cuja expansão desenfreada impõe freios à própria acumulação, acabando por gerar crises de realização e queda da produção industrial:

“Essa passagem mais recente do comércio e da produção para a especulação e a intermediação financeiras, como as três passagens análogas dos séculos anteriores (isto é, as fases terminais dos ‘ciclos

sistêmicos de acumulação' genovês, holandês e britânico – N.A.), pode ser interpretada como um reflexo da mesma contradição subjacente entre a auto-expansão do capital e a expansão material da economia mundial, que corresponde, em nosso esquema, ao 'desenvolvimento das forças produtivas da sociedade [mundial]' de Marx. Em todos os casos, a expansão material da economia mundial constituiu apenas um meio para a sustentação de esforços que visavam primordialmente aumentar o valor do capital, e no entanto, no correr do tempo – eis a contradição –, essa expansão do comércio e da produção tenderam a reduzir a taxa de lucro e, com isso, a diminuir o valor do capital" (Arrighi, 1996, p. 227).

Concluimos pela incapacidade do modo de produção capitalista resolver suas limitações estruturais no sentido de construir e aplicar um verdadeiro projeto universal, capaz de integrar os diferentes povos e culturas numa perspectiva humanista libertária, através da radical redistribuição planetária da riqueza e dos recursos.

A passagem do 'reino da necessidade' ao 'reino da liberdade' deve ser fruto da intervenção social e política organizada, fundamentada em estratégias factuais e teoricamente consistentes. Porém, sua base técnico-material implica um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas; Marx e Engels (1979, p. 50) apontam dois pressupostos práticos capazes de superar o caráter fetichista do poder social do capital pela ação consciente dos seres humanos:

1. O desenvolvimento das forças produtivas sociais nos marcos do sistema capitalista deve ter atingido um tal grau que confronte um mundo de riquezas e cultura efetivamente existente com uma massa humana despossuída. A riqueza social apropriada pelas classes dominantes, por sua dimensão e magnitude, deve servir de base não apenas para a conversão da forma de propriedade dos meios de produção como também para a viabilização de um processo redistributivo que se traduza em rápidas e significativas melhorias no padrão de vida popular. É evidente que a existência desse patamar técnico-produtivo pressupõe uma larga trajetória de acumulação anterior.

Se tal condição não é satisfeita, restará para socializar grandes porções de miséria, atraso e isolamento, exigindo descomunais esforços da coletividade (tanto mais penosos quanto, às tarefas econômicas propriamente ditas, se superpõem os objetivos libertários da transformação socialista) para criar a base material inexistente no momento da revolução.

2. O mesmo desenvolvimento das forças produtivas deve apontar, em termos concretos (e torná-la concretamente factível), para uma existência humana colocada numa perspectiva histórico-mundial e não puramente local. Ou seja, a dimensão

universal deve ser um componente básico de qualquer projeto encaminhado a promover transformações sociais integrais e sua essencialidade se evidencia pela revolução tecnológica contemporânea.

Se as duas premissas, ou supostos concretos do êxito da transição socialista, não se verificassem, “apenas generalizar-se-ia a escassez e, com a *carência*, recomençaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida”, assim como “toda ampliação do intercâmbio superaria o comunismo local” (idem, p. 50-1).

A grande tragédia das revoluções socialistas em nosso século foi sua ocorrência nos chamados “elos débeis” da cadeia imperialista e não nos países economicamente mais poderosos do sistema.

Tais constrangimentos marcaram indelevelmente suas trajetórias, tornaram-nas de uma complexidade inaudita, legaram pesadas heranças e produziram enormes desafios, traduzidos no duplo imperativo de, por um lado, defender a revolução e impulsionar as mudanças necessárias e, por outro, criar riqueza, acumular capital a qualquer custo, como condição mesma de sobrevivência.

A necessidade desesperada de criar e expandir as forças produtivas na Rússia revolucionária pós-1917 levou o projeto de emancipação do proletariado a enfrentar, logo de cara, o paradoxo de aplicar métodos de exploração da força de trabalho extremamente duros, coercitivos, os quais, paralelamente ao compulsório recrutamento da mão-de-obra, implicavam na máxima extração do sobretrabalho possível. Assim, a própria conformação da classe operária soviética, sob o regime de transição e o novo Estado, verifica-se sob as condições mais cruéis.

A “miséria” da base econômica original gerou a obrigatoriedade de investir a quase totalidade do reduzido produto interno na ampliação da capacidade produtiva, deixando ao consumo apenas o mínimo indispensável à sobrevivência da população. Ou seja, a canalização do magro excedente econômico para a acumulação deixava apenas pobreza e escassez para serem subdivididas (acerca da pobreza original das transições socialistas e os limites intransponíveis que a mesma impôs ao desdobramento dos processos revolucionários, consultar Chasin, 1983; Gaspar, 1990; Hobsbawm, 1995, pp. 366-76).

Conforme conclui Mészáros, para confrontar o sistema global do capital enquanto modo de controle, impõe-se a determinação necessariamente universalizante do sistema alternativo de controle social:

“No mundo tal como tem sido – e continua sendo – transformado pelo imenso poder do capital, as instituições sociais constituem um sistema

estritamente articulado. Por isso não há qualquer esperança de sucessos *parciais* isolados, mas somente de sucessos *globais* – por mais paradoxal que isto possa soar. De fato, o critério crucial para a avaliação de medidas parciais é se são ou não capazes de operar como ‘*pontos de Arquimedes*’ : ou seja, como *alavancas estratégicas* para uma reestruturação radical do sistema global de controle social” (Mészáros, 1989b, p. 57).

O estado de incerteza e perplexidade que envolve as principais questões humanas na virada do milênio nos leva a concordar com a seguinte constatação:

“O mundo do Breve Século XX se acha mais em estado de colapso que de crise revolucionária (...). O mundo do terceiro milênio portanto quase certamente continuará a ser de política violenta e mudanças políticas violentas. A única coisa incerta nelas é aonde irão levar” (Hobsbawm, 1995, p. 446).

Se isto é certo, não é menos verdade que os desafios colocados no plano do cotidiano requerem urgentes e criativas soluções, novas alternativas que abarquem a experiência histórica acumulada mas apontem para um recomeço. Tais imperativos incluem as lutas tradicionais da classe trabalhadora, travadas no plano local ou regional, a articulação de novos movimentos sociais, a criativa produção intelectual e estética e a restauração da dimensão pública da vida societária – o que implica a reestruturação do Estado nos seus vários níveis e a montagem de instrumentos originais de governabilidade no plano internacional -, conjugados à necessária perspectiva histórico-mundial. Essa perspectiva não supõe perder de vista o específico, as necessidades locais, a soberania e a identidade cultural. Significa, porém, que projetos de transformação social que não contenham, no mundo contemporâneo, aquela perspectiva universalizante e que só consigam sobreviver através do isolamento estão condenados historicamente. Ao primeiro contato com as forças do progresso (quaisquer que sejam seus conteúdos) se descaracterizarão, perderão seu impulso original e, independentemente das intenções altruístas de seus promotores, serão inapelavelmente destruídos.

7. Considerações Finais

Ao longo do presente trabalho, buscamos compilar criticamente algumas posturas teóricas acerca do processo de globalização da economia capitalista contemporânea e confrontá-las com as alterações reais no padrão produtivo e no sistema financeiro que servem de base à permanente projeção transnacional do

capital, daí extraindo alguns reflexos que podemos resumir, a título de constatações preliminares:

1. A vocação mundializante do sistema capitalista é uma determinação primária de sua evolução histórica, fator constitutivo básico de sua dinâmica produtiva e financeira;

2. Às fases de expansão financeira correspondem, geralmente, avanços na internacionalização do capital, vinculados à superação das crises de realização de produção e, simultaneamente, à busca de novos mercados e novos espaços de valorização;

3. Associado aos dois processos anteriormente descritos situa-se o incessante – e contraditório – avanço no desenvolvimento das forças produtivas, lógica vital do capitalismo, absorvendo e recriando espaços no propósito de eliminar as barreiras estruturais antepostas ao livre curso da acumulação de riqueza;

4. A crise do padrão de regulação fordista, em meados da década de 70 do presente século, desafiou a ordem do capital mundial a gerar as condições para a superação do esgotamento dinâmico do padrão de acumulação anterior, através de um conjunto de transformações consubstanciadas na chamada “Terceira Revolução Industrial”, na internacionalização do capital financeiro, na readequação do sistema de Estados-nação e na flexibilização dos mercados de trabalho;

5. Os elementos que permitem caracterizar a fase de transição atual do capitalismo como constitutiva de um novo padrão de acumulação, ainda em formação e eivado de potencialidades conflitivas, apenas *reforçam e reintroduzem, sob feições atualizadas, as contradições básicas, os limites estruturais, as motivações intrínsecas e os componentes endógenos e explosivos da lógica capitalista*; no entanto, se a crise sistêmica permite a constatação teórica e prática de suas manifestações, as complexidades da práxis contemporânea impedem a determinação objetiva do agente social das transformações possíveis;

6. Nesse contexto, o sistema de Estados-nação, apesar de significativamente recomposto, mantém a sua funcionalidade insubstituível para a reprodução capitalista, como elo fundamental da governabilidade nacional, regional e global, e da gestão do conflito capital-trabalho, territorialmente demarcado;

7. A mundialização de fato, plena e integral, inauguradora de um novo convívio humano, passível de fundar um novo regime de trabalho, voltado à superação da reificação e ao desenvolvimento da multilateralidade de existência humana, é absolutamente incompatível com a ordem do capital, em quaisquer dos seus desdobramentos possíveis e imagináveis;

8. A *perspectiva universalizante*, por seu turno, reforçada pela atual arquitetura produtiva e financeira mundial, é condição essencial para a viabilidade de qualquer projeto de transformação social e econômica que aponte para uma alteração radical do ordenamento vigente. As dificuldades atuais e as insuficiências no tocante aos agentes dessa transformação não devem implicar perder de vista aquela dimensão fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIGHI, Giovanni (1996). *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo*. Rio de Janeiro/ São Paulo, Contraponto/Unesp.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga (1997). Dinheiro e as Transfigurações da Riqueza. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (orgs.), *Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis, Vozes.
- BRAGA, José Carlos de Souza (1997). Financeirização Global: O Padrão Sistêmico de Riqueza do Capitalismo Contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (orgs.), *Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis, Vozes.
- CANNABRAVA FILHO, Paulo (1982). Sistema de Comunicação como Permanente Violação dos Direitos Humanos. Pesquisa apresentada no XI Congresso Brasileiro de Comunicação Social. PUC/SP, 28/10/82 (mimeogr.).
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel (1997). A Contra-Revolução Liberal Conservadora e a Tradição Crítica Latino Americana. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (orgs.), *Poder e Dinheiro: uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis, Vozes.
- CHASIN, José (1983). Marx Hoje: da Razão do Mundo ao Mundo sem Razão. In: *Nova Escrita – Ensaio* Ano V, n. 11/12. São Paulo, Escrita
- CHESNAIS, François (1996). *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã.
- COUTINHO, Luciano e BELLUZZO, Luiz Gonzaga (1984). O Desenvolvimento do Capitalismo Avançado e a Reorganização da Economia Mundial no Pós-Guerra. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga e COUTINHO, Renata (orgs.), *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a Crise* Vol. 1. São Paulo, Brasiliense.
- FIORI, José Luís (1997). Globalização, Hegemonia e Império. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (orgs.), *Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis, Vozes.

- GASPAR, Ricardo Carlos (1990). Crisis del Socialismo, Revolución Tecnológica y Nueva Civilización. In: *Notisur* Año XV, n. 37. Buenos Aires, Incasur.
- GONÇALVES, Reinaldo (1998). Economia Internacional ou Globalização?. In: FIORI, José Luís; LOURENÇO, Maria Skinner de e NORONHA, José Carvalho de (orgs.), *Globalização: o Fato e o Mito*. Rio de Janeiro, EdUERJ.
- HARVEY, David (1992). *Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo, Loyola.
- HIRST, Paul (1998). Globalização: Mito ou Realidade. In: FIORI, José Luís; LOURENÇO, Maria Skinner de e NORONHA, José Carvalho de (orgs.), *Globalização: O Fato e o Mito*. Rio de Janeiro, EdUERJ.
- HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame (1998). *Globalização em Questão: A Economia Internacional e as Possibilidades de Governabilidade*. Petrópolis, Vozes.
- HOBSBAWM, Eric (1995). *Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914-1991*. São Paulo, Cia. das Letras.
- IANNI, Octavio (1996). *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- KUMAR, Krishan (1997). *Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: Novas Teorias sobre o Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- LACERDA, Antônio Corrêa de (1998). *O Impacto da Globalização na Economia Brasileira*. São Paulo, Contexto.
- LENIN, Vladimir (1960). *El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo*. Moscou, Progreso.
- LIMA, Maria Lúcia (1997). *Instabilidade e Criatividade nos Mercados Financeiros Internacionais: Condições de Inserção dos Países do Grupo da América Latina*. São Paulo, Bial.
- MARQUES, Rosa Maria (1997). *A Proteção Social e o Mundo do Trabalho*. São Paulo, Bial.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1963). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Escrava.
- _____ (1979). *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Ciências Humanas.
- MATTOSO, Jorge (1995). *A Desordem do Trabalho*. São Paulo, Scritta.
- MÉSZÁROS, István (1989a). *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. São Paulo, Ensaio.
- _____ (1989b). *A Necessidade do Controle Social*. São Paulo, Ensaio.
- MOREIRA, Ruy (1985). *O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil: Estudo sobre Sociedade e Espaço*. Petrópolis, Vozes.

TAVARES, Maria da Conceição e MELIN, Luiz Eduardo (1998). Mitos Globais e Fatos Regionais: A Nova Desordem Internacional. In: FIORI, José Luís; LOURENÇO, Maria Skinner de e NORONHA, José Carvalho de (orgs.), *Globalização: O Fato e o Mito*. Rio de Janeiro, EdUERJ.